



**Tribunal
Superior
Eleitoral**





LIVRO INSTITUCIONAL DO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

BRASÍLIA - 2014

© 2014 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação

SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2

70070-600 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3030-9225

Diretor-Geral

Athayde Fontoura Filho

Secretária-Geral da Presidência

Claudia Dantas Ferreira da Silva

Assessora-Chefe de Imprensa e Comunicação Social

Kátia Cubel

Assessora de Cerimonial da Presidência

Magui Nogueira

Assessor de Assuntos Internacionais

Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa

Secretária de Gestão da Informação

Bianca do Prado Pagotto

Pesquisa histórica e elaboração de textos

Ane Ferrari Ramos Cajado

Manuela Marla Gomes da Costa

Imagens

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Asics)

Seção de Arquivos (Searq/Copea/SGI)

Arquivo Público do Distrito Federal

Câmara dos Deputados

Clinton Anderson

Editoração e revisão editorial

Coordenadoria de Editoração e Publicações (Cedip/SGI)

Editoração

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Capa e projeto gráfico

Clinton Anderson

Revisão editorial

Seção de Preparação e Revisão de Originais (Seprev/Cedip/SGI)

Impressão e acabamento

Seção de Impressão e Distribuição (Seidi/Cedip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

B823 Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Livro institucional do Tribunal Superior Eleitoral / Ane Ferrari Ramos Cajado, Manuela Marla Gomes da Costa. – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

84 p. ; il.

1. Tribunal Superior Eleitoral – Brasil. 2. Direito eleitoral. 3. Democracia. 4. Eleições. I. Cajado, Ane Ferrari Ramos. II. Costa, Manuela Marla Gomes da. III. Título.

CDDir 341.280981

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidente

Ministro Marco Aurélio

Vice-Presidente

Ministro Dias Toffoli

Ministros

Ministro Gilmar Mendes

Ministra Laurita Vaz

Ministro João Otávio de Noronha

Ministro Henrique Neves

Ministra Luciana Lóssio

Procurador-Geral Eleitoral

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

TABLE OF CONTENTS

PRESENTATION	6
INTRODUCTION.....	8
THE ELECTORAL COURT SYSTEM AND BRAZIL'S DEMOCRATIC TRAJECTORY	10
Agamenon Act	12
The establishment of regional electoral courts.....	12
Elections during the military regime	15
The power of social communication in democratic elections.....	15
The implementation of computerized elections.....	19
Biometrics	20
LOOKING FURTHER INTO THE FUTURE	22
CHRONOLOGICAL SUMMARY	25
COURT'S SEATS	26
First seat.....	28
Second seat	30
Third seat.....	32
Fourth seat.....	41
Fifth seat	45
Sixth seat.....	52
THE COURT OF DEMOCRACY	55
CORNERSTONE.....	57
NIEMEYER'S LAST WORK IN BRASÍLIA	65
COMPUTERS AND E-VOTING MACHINES STORED IN STRATEGIC LOCATIONS.....	77
AN ACCESSIBLE AND SUSTAINABLE COURT	80
REFERENCES	82



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO	9
A JUSTIÇA ELEITORAL E A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	11
Lei Agamenon	13
Instalação dos tribunais regionais eleitorais.....	13
Eleições no regime militar	16
O poder das comunicações sociais nas eleições democráticas	16
O início da informatização do processo eleitoral.....	19
A biometria.....	21
COM O OLHAR NO FUTURO	23
CRONOLOGIA	25
SEDES DO TRIBUNAL	27
Primeira sede	28
Segunda sede.....	30
Terceira sede	33
Quarta sede	41
Quinta sede.....	46
Sexta sede	53
O TRIBUNAL DA DEMOCRACIA	55
A PEDRA FUNDAMENTAL	57
A ÚLTIMA OBRA BRASILIENSE DE NIEMEYER	65
INFORMÁTICA E URNAS EM LUGARES ESPECIAIS.....	78
UM TRIBUNAL ACESSÍVEL E SUSTENTÁVEL.....	81
REFERÊNCIAS	83

PRESENTATION

"Our life memories are to be stored in different boxes, each labeled with an individual sign and symbol, and I am convinced these elements are not likely to blend. We must only tell, as if patching things together, events of minor importance. Sometimes, some older hours feel more appealing to us than recent ones." The Devil to Pay in the Backlands, by Guimarães Rosa.

Memory is made of fragments collected from the meaning each one of us attributes to remembrances. Remembering an event, thus, is an act of organization, as it provides the means with which we organize the chaotic myriad of past facts, feelings and people. Pieces of memory are neither rigid nor permanent. Instead, they are fluid, flexible, likely to swing with contemporary winds. That explains why we have different impressions of one same event, depending on the moment we decide to look backwards. It is a true fact that present time can shape the past.

To keep memories one must affectionately embrace their past. Based on such premise, we prepared a book whose trajectory did not follow a Cartesian path characterized by established concepts and ideas. On the contrary, this book began to take shape as the images that illustrate its pages invaded us with signs, scents, and textures.

The selected pictures featured in this book disclose pieces of Brazil's election history, which initial milestone dates back to 1532, when the first election of Portugal's American colony was held. Since then, we have experienced many different electoral practices. Out of all these memories, we chose to select those that help tell the history of the Electoral Court System. Brazilians also admire this Court System, which is critical to the legitimacy of Brazil's democracy and is built on a day-to-day basis, and not only during the elections. That was actually the feeling that inspired us to prepare this book, a task that required considerable attention to details.

This book delivers fragments of history as each photograph, irrespective of its connection to other historical events, carries a complete historical record. The essence of this publication resides therefore in its photographs, and the wording featured herein is merely the road along which they move. And that is how it should be; after all, the best stories must be told like this, or as explained by Guimarães Rosa: "we must only tell, as if patching things together, events of minor importance".

Ane Ferrari Ramos Cajado

APRESENTAÇÃO

“A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que não se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.” Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas.

A memória é formada por fragmentos selecionados a partir dos sentidos que cada um de nós quer oferecer às lembranças. Lembrar é, portanto, um ato de organização, já que por meio dele se ordena o caos de sensações, pessoas e acontecimentos findados. A lembrança não é rígida, definitiva, ao contrário, é fluida, maleável, segue ao sabor dos ventos presentes. Dessa forma, temos impressões distintas do mesmo fato, a depender do momento em que olhamos para trás. Sim, o presente determina o passado.

Fazer memória é se debruçar afetivamente sobre o que já se foi. Guiados por esse olhar, concebemos um livro que não foi planejado de forma cartesiana, a partir de determinações prévias de como seria composto. Ao contrário, seus contornos foram sendo delineados à medida que as imagens foram nos inundando de signos, aromas e texturas.

As fotografias escolhidas contam parte da história das eleições no Brasil, cujo marco inicial remonta a 1532, data da primeira eleição na América Portuguesa. De lá pra cá, muitos fazeres eleitorais foram experimentados. Dentre todas essas lembranças, recortamos algumas das que contam a história da Justiça Eleitoral. Essa justiça, que é fundamental à legitimidade do processo democrático brasileiro, construído a cada dia e não apenas durante as eleições, é também uma justiça admirada pelos brasileiros. Cheios desse sentimento, partimos à tarefa de costurar este livro, o que nos exigiu um dedicado trabalho de atenção aos detalhes.

Ane Ferrari Ramos Cajado

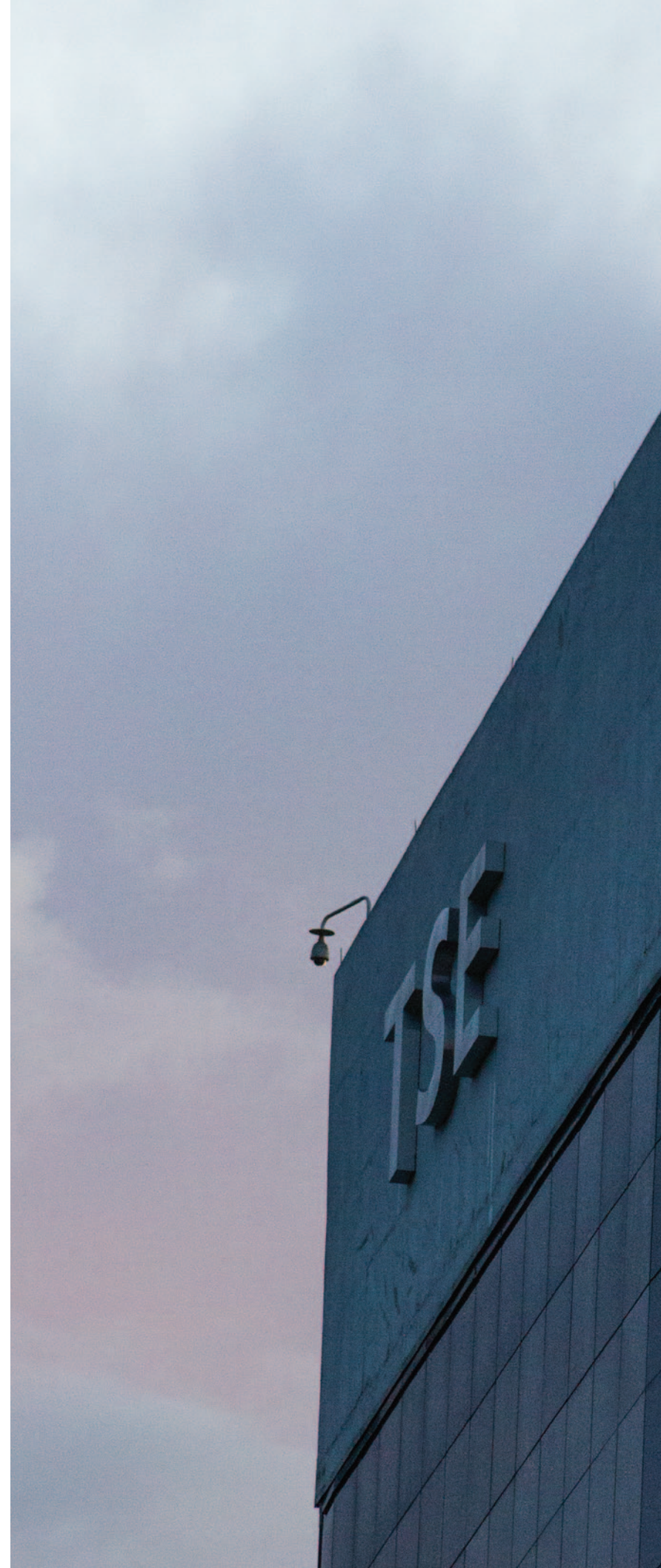
INTRODUCTION

Throughout our history, the right to vote and to be voted for has been granted and vetoed, expanded and restricted besides being an instrument for the exercise of citizenship and a means of coercion of some social segments. The changes undergone by the country, which became an Empire after a colonial period, and then a Republic, did not necessarily represent a breakthrough regarding advances related to the full exercise of political rights. It was only in 1932, with the establishment of the Electoral Court System, that the foundations to the exercise of such rights were laid.

This booklet has been prepared with the aim of delighting readers with beautiful pictures of buildings that have served as headquarters for the Superior Electoral Court, and thus help such readers better understand the context of present times. These photos show part of the history of a special branch of Law, one that is critical to ensure the legitimacy of Brazil's democratic process.

Aiming at providing readers, especially foreign ones, with a contextualized background, this booklet features a brief description of Brazil's electoral trajectory, encompassing the right to vote in colonial times until the implementation of computerized elections.

As readers take the time to examine the photos displayed in this edition, they catch a glimpse at the long and difficult road that Brazilians had to travel in order to establish and develop democratic institutions. The architectural style of the buildings that have served as headquarters for the Superior Electoral Court indicates the changes that have occurred over time, revealing that such structures no longer consist of noble palaces, but evolved and took the shape of a construction that houses democracy, featuring contours designed to embrace those who need it most, that is, the voters.





INTRODUÇÃO

Durante nossa história, o direito de votar e de ser votado foi garantido e vetado, ampliado e restringido, além de ter sido instrumento do exercício da cidadania e meio de coerção de alguns setores sociais. A mudança de Colônia para Império e depois de Império para República não representou, necessariamente, um avanço no exercício pleno dos direitos políticos. Somente com a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, iniciou-se a construção das bases para a concretização desses direitos.

Esta obra foi elaborada para brindar o leitor com belas imagens das sedes já ocupadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, as quais são capazes de conduzi-lo para outro tempo ou ajudá-lo a compreender a realidade dos dias atuais. As fotografias retratam parte da história de um ramo especializado da Justiça, que é crucial para a legitimidade do processo democrático brasileiro.

A título de contextualização, especialmente aos leitores estrangeiros, é possível conhecer, ainda que superficialmente, a trajetória eleitoral brasileira que vai desde o voto no período colonial até as eleições informatizadas.

Por meio da apreciação das imagens que compõem este exemplar, será possível entrever como foi longo e penoso o caminho enfrentado pelo povo brasileiro para construir e desenvolver as instituições democráticas. Indício dessas transformações pode ser dado pela arquitetura das sedes, que deixaram de ser nobres palácios para se tornarem uma edificação da democracia, cujas formas abraçam aqueles que mais precisam: os eleitores.



THE ELECTORAL COURT SYSTEM AND BRAZIL'S DEMOCRATIC TRAJECTORY¹

Brazil's electoral tradition dates from way back, and many election campaigns were held during Colonial and Empire Brazil. The first election of Portuguese America took place in 1532 with the purpose of choosing the members of the Municipal Council of the Village of São Vicente, located in the State of São Paulo.

On February 24, 1932, the first Electoral Code was published, establishing the Electoral Court System and introducing a few other innovations, including women's optional right to vote, the adoption of secret ballot as a voting method, the proportional representation electoral system, nationwide regulations for federal, state and municipal elections and mandatory registration of candidacies before elections were held.

The development of a special field within the Judicial Branch, one entitled to manage the entire electoral process, was part of the modernization project that had been imposed upon the country after the revolution of 1930. The purpose was to bring Brazil into the ranking of industrialized countries, and to have it disassociated from the image of a rural country where rigged and violent elections took place.

In 1933, the first Electoral Code regulated the elections for the National Constitutional Convention. In 1935, a new code was published with the aim of amending some sections of the former code. Nevertheless, its provisions were not applied because of the coup organized by Getúlio Vargas in 1937 that resulted in the New State dictatorship.

As of 1943, the establishment of an international agenda against Nazi and fascist regimes, the pressures from civil society groups and the opposition became more intense. In reaction, the government enacted Constitutional Law n. 9, establishing that elections were to be held within 90 days. The second Electoral Code took effect in May of that year.

However, segments of the opposition and part of the New State elite feared that Vargas still wished to remain in power. Thus, on October 29, Getúlio Vargas was deposed by the High Command of the Brazilian Army, being temporarily removed from the political arena. José Linhares, the president of the Federal Supreme Court (Brazil's chief justice) then took office as President of the Republic² combining such post with that of president of the Superior Electoral Court.

¹ The texts featured in this booklet were adapted from other publications issued by this Court regarding the history of Brazilian elections.

² As the Constitution of 1937 did not provide for the office of vice-president, Justice José Linhares assumed Brazil's presidency in 1945. He also chaired the Superior Electoral Court and determined, on June 1, 1945, that the head office of such Court operated at the old Monroe Palace in Rio de Janeiro.

A JUSTIÇA ELEITORAL E A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA¹

O Brasil conta com uma longa experiência eleitoral, tendo realizado diversas eleições durante o período colonial e imperial. A primeira eleição da América portuguesa ocorreu em 1532, quando foram escolhidos os membros da Câmara Municipal da Vila de São Vicente, no atual Estado de São Paulo.

Em 24 de fevereiro de 1932, foi instituída a Justiça Eleitoral, com a publicação do primeiro Código Eleitoral, cujas principais inovações foram o voto feminino facultativo, a fixação definitiva do voto secreto, a instituição do sistema representativo proporcional, a regulação em todo o país das eleições federais, estaduais e municipais e a obrigatoriedade do registro prévio das candidaturas.

A criação de um ramo especializado do Poder Judiciário para cuidar de todo o processo eleitoral fez parte do projeto de modernização imposto ao país pelo movimento de 1930. Buscava-se, assim, inserir o Brasil no rol de países civilizados, desvinculando-o da imagem de um país agrário com eleições permeadas por fraudes e violência.

O primeiro Código Eleitoral regulou, em 1933, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1935, um novo código foi publicado, visando corrigir alguns pontos do código anterior, mas não foi utilizado em razão do golpe articulado por Getúlio Vargas, em 1937, que resultou na ditadura do Estado Novo.

A partir de 1943, num contexto de combate internacional contra os regimes nazifascistas, as pressões da oposição e de grupos da sociedade civil se intensificaram. Como reação, o governo, por meio da Lei Constitucional nº 9, estabeleceu a realização de eleições, marcadas para 90 dias depois. Em maio do mesmo ano, foi decretado o segundo Código Eleitoral.

Entretanto, setores da oposição e parte da elite estadonovista temiam que Vargas ainda planejasse manter-se no poder. Assim, em 29 de outubro, Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército, retirando-se, temporariamente, do cenário político. Em seguida, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, acumulou ainda os cargos de presidente da República² e de presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

¹ Os textos que integram essa obra foram adaptados de outras publicações do Tribunal acerca da história das eleições.

² Em razão da falta de previsão na Constituição de 1937 do cargo de vice-presidente, o Ministro José Linhares assumiu a presidência do país em 1945. Também presidiu o Tribunal Superior Eleitoral e providenciou a instalação desse Tribunal no antigo Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, em 1º de junho de 1945.

AGAMENON ACT

The Electoral Court System was reinstalled under the new political environment. The Electoral Code of 1945, also known as the Agamenon Act, reestablished the Electoral Court System, laying down rules of nationwide applicability regarding voter registration and elections. The most relevant innovation established that candidates had to be associated with a political party.

In 1945, provisions on compulsory voting rights were imported from the Code of 1935, which was never implemented because of the advent of the New State. As of that date, citizens eligible to exercise their voting rights were obliged to vote in elections, regardless of their gender³. Other innovations included the lowering of the minimum voting age from 21 to 18 years of age, which led to a significant increase in the number of voters. Nevertheless, the number of voters who voted in the presidential elections of 1945 was still very small (only 15% of the total Brazilian population), which may be explained by the effectiveness of the prohibition that prevented illiterate citizens from voting.

THE ESTABLISHMENT OF REGIONAL ELECTORAL COURTS

There was still much work ahead. After all, after the Electoral Code took effect (5-28-1945), there were only 200 days left (a little more than six months) before elections for federal offices were held (12-2-1945). Additionally, TSE Resolution n. 1/1945 established that the registration of voters would begin on 7-2-1945, and regional courts should be created by 6-16-1945. A few regional courts were established under the aforementioned rule: in São Paulo, on 6-6-1945; in Bahia, on 6-8-1945; in Pará, on 6-6-1945; and in Rio Grande do Sul, on 6-8-1945.

After the promulgation of the Constitution on September 18, 1946, the Chamber of Deputies (House of Representatives) and the Federal Senate started to operate as an ordinary Legislative Branch. The Constitution of 1946 maintained provisions set forth in the Constitution of 1934, ranking the Electoral Court System among the bodies of the Judicial Branch and prohibiting candidates to register for more than one state. It also maintained the prohibition that prevented illiterate citizens from voting, which caused a considerable restriction in the access to citizenship rights, given that 48% of Brazil's adult population could neither read nor write in 1950.

Other amendments were implemented during the 1950s with the aim of fighting electoral fraud. Such measures included, inter alia, the following provisions: voters should cast their ballots at assigned polling stations, and the design of official election ballots, although political parties were entitled to manufacture and distribute ballots designed in compliance with the template established by law. The design of official election ballots safeguarded voting freedom and secrecy, adding to easier ballot-counting procedures, fighting the abuse of economic power and releasing candidates from the spending of large sums of money on ballot printing and distribution.

³ Voter registration and voting rights remained being optional for women who were not in paid employment. Women's right to vote, regardless of their occupation, became compulsory only in 1965, when the current Electoral Code took effect.





LEI AGAMENON

Nesse cenário político, a Justiça Eleitoral foi reinstalada definitivamente. O Código Eleitoral de 1945, conhecido como Lei Agamenon, restabeleceu a Justiça Eleitoral, regulando em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições. Sua principal novidade foi a obrigatoriedade de os candidatos estarem vinculados a partidos políticos.

Em 1945, a obrigatoriedade do voto foi resgatada do Código de 1935, o qual, em razão do Estado Novo, jamais foi aplicado. Desse momento em diante, todos os que fossem aptos para o exercício do voto seriam obrigados a exercer esse direito, fossem homens ou mulheres³. Outra inovação foi a redução da idade mínima de 21 para 18 anos, o que acabou gerando relativa ampliação do número de eleitores. Apesar disso, o eleitorado que compareceu às urnas em 1945 para escolher o presidente da República ainda era pequeno (apenas 15% da população total), o que talvez fosse explicado pela manutenção da vedação ao voto do analfabeto.

INSTALAÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

O trabalho que vinha pela frente era grande. Afinal, da data em que foi publicado o Código Eleitoral (28.5.1945) até o dia do pleito para cargos federais (2.12.1945), eram menos de 200 dias, pouco mais de seis meses. Além disso, a Resolução-TSE nº 1/1945 fixava o dia 2.7.1945 como o início do alistamento dos eleitores, para o qual recomendava a instalação dos tribunais regionais até o dia 16.6.1945. Essa ordem começou a ser cumprida e os tribunais regionais começaram a ser instalados: em São Paulo, em 6.6.1945; na Bahia, em 8.6.1945; no Pará, em 6.6.1945; e no Rio Grande do Sul, em 8.6.1945.

Promulgada a Constituição, em 18 de setembro de 1946, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal passaram a funcionar como Poder Legislativo ordinário. A Constituição, a exemplo da de 1934, consagrou a Justiça Eleitoral entre os órgãos do Poder Judiciário e proibiu a inscrição de um mesmo candidato por mais de um estado. Além disso, confirmou a proibição do direito de voto ao analfabeto, restringindo significativamente a cidadania, já que, em 1950, 48% da população adulta não sabia ler nem escrever.

Na década de 1950, outras modificações foram realizadas com o objetivo de diminuir as fraudes. Dentre elas, destacam-se: a fixação do eleitor na mesma seção eleitoral e a criação da cédula oficial de votação, embora fosse facultado aos partidos políticos fabricar e distribuir cédulas de acordo com o modelo enunciado pela lei. A cédula oficial guardou a liberdade e o sigilo do voto, facilitou a apuração dos pleitos e contribuiu para combater o poder econômico, liberando os candidatos de vultosos gastos com a impressão e a distribuição de cédulas.

³ No caso das mulheres, ainda continuava sendo facultativo o alistamento e voto das mulheres que não exercessem profissão remunerada. O voto feminino só passa a ser obrigatório, independentemente das atividades exercidas pelas mulheres, no atual Código Eleitoral, elaborado em 1965.





ELECTIONS DURING THE MILITARY REGIME

In 1964-1985, when a military regime was in place, the country experienced an unprecedented combination that included the expansion of social rights, and severe restrictions to both civil and political rights. Although the government handled social rights as if they were concessions, in practice these rights were the outcome of popular demands.

Despite its authoritarian nature, the regime in place did not lead to the termination of the Electoral Court System nor the abolition of elections. Direct and indirect elections, as provided by law, were organized for all elective offices during that period (1964-1985). Nevertheless, the attributions of the Electoral Court System were considerably restricted during the dictatorial regime. The passing of institutional acts and constitutional amendments provided the legal framework for the military to lead the electoral process.

As of the 70s, however, the military regime grew weaker, enduring crises that ultimately led to the country's political opening. Political relaxation measures started to be implemented in 1974 at a slow, gradual and safe pace, as established by the military. Given the increase in the number of people longing and asking for changes, the advent of a transition period became inevitable. There were three major forces operating at that time: a legitimacy crisis of the regime in place (which had been triggered by an economic crisis); governors from the opposition had been elected in 1982; and the largest mass demonstration that Brazil had ever witnessed – the Diretas Já campaign (Direct Elections Now) had taken place.

THE POWER OF SOCIAL COMMUNICATION IN DEMOCRATIC ELECTIONS

When the period of indirect presidential elections ended, many innovations were introduced to the electoral environment. Since that time, social communications have played an increasingly important role in the electoral debate, and all elected presidents have used such critical tool on some level.

With the advent of televised debates, running candidates were forced to compare their electoral platforms. Additionally, the media started to monitor opinion polls; the public image of candidates became an issue of major concern; electoral advertising came to be object of extensive investments; and the trend flow of voters' demands became critical to the planning of election campaigns.

ELEIÇÕES NO REGIME MILITAR

O período que vai de 1964 a 1985, época do regime militar que governou o país, foi marcado por uma combinação de expansão dos direitos sociais, redução drástica dos direitos civis e das restrições aos direitos políticos. Embora os direitos sociais tenham sido tratados como concessões por parte do governo, na prática, tais direitos tinham sido resultado de reivindicações populares.

Embora se tratasse de um regime autoritário, não houve extinção da Justiça Eleitoral ou abolição dos pleitos. Durante esse período (1964-1985), foram realizadas, para todos os cargos, eleições diretas e indiretas, conforme as hipóteses legais. Nesse contexto, em decorrência do regime de exceção, a Justiça Eleitoral teve seu papel bastante reduzido. Os atos institucionais e as emendas à Constituição forneciam o arcabouço jurídico para que os militares conduzissem o processo eleitoral.

A partir da década de 70, entretanto, o regime militar começou a fragilizar-se, passando por crises que culminariam na reabertura política do país. Em 1974, foi iniciada a distensão política definida pelos militares como lenta, gradual e segura. A transição se tornava inevitável à medida que engrossava o número daqueles que pressionavam e ansiavam pela mudança. Três forças atuavam naquele momento: a crise do reconhecimento da legitimidade do regime (em decorrência da crise econômica); a eleição de governadores oposicionistas em 1982; e a maior manifestação de massas no Brasil – as campanhas das Diretas Já.

O PODER DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS NAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS

O fim do período de eleições indiretas para a Presidência da República trouxe muitas novidades para o cenário eleitoral. A partir de então, as comunicações sociais assumiram um papel cada vez mais importante na discussão eleitoral, e todos os presidentes eleitos passaram a utilizar – de alguma maneira – esse instrumento, transformado-o em primeira necessidade.

Com os debates televisionados, os candidatos foram obrigados a confrontar propostas. Além disso, o acompanhamento das pesquisas de opinião passou a ser feito pelos meios jornalísticos; a imagem dos candidatos se tornou alvo de preocupações; a propaganda eleitoral começou a receber massivos investimentos; e as campanhas passaram a ser planejadas acompanhando a flutuação da tendência da vontade eleitoral.







JUSTIÇA ELEITORAL

1

2

3

4

5

6

7

8

9

0

BRANCO

CORRIGE

CONFIRMA

THE IMPLEMENTATION OF COMPUTERIZED ELECTIONS

The first direct presidential election was held under such conditions in 1989, featuring electronic counting of votes. Such method could be put to practice because voters had been required to file their electronic re-registration earlier in 1986, which was the first step towards electronic voting.

Organized under the guidance and oversight of the Superior Electoral Court, the re-registration of voters, which was carried out nationwide, was aimed at creating a National Register of Voters that electronically recorded voters' data and established an individual identification number to each voter.

Until that moment, cases of double registration and problems regarding the transfer of voting districts were extremely common. The management of electoral information recorded in magnetic media helped improve the interaction between voters and the Electoral Court System.

In 1996, one third of Brazilian voters cast their ballots in electronic voting machines for the first time. That was made possible because of the re-registration of voters (1986) and the electronic processing of election results (1994).

After the completion of the aforementioned steps, it was necessary to develop a secure system that safeguarded voting secrecy, but simultaneously provided for the implementation of e-voting practices, adding to increased efficiency in the procedures carried out by the Electoral Court System.

Based on studies initiated in 1995, electronic voting machines were used for the first time in the elections of 1996. In 2000, all Brazilian voters had already used such electronic devices to cast their ballots. In 2002, an experiment was made with the External Printing Module (MIE), a device that printed the ballots cast in the e-voting machine for the purpose of checking the information provided in the digital record. The biometric identification of voters was first tested in 2008 with the aim of ensuring the integrity of elections.

O INÍCIO DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Em 1989 foi realizada a primeira eleição direta para o cargo de presidente da República, que contou com a totalização eletrônica dos resultados. Isso só foi possível devido ao cadastramento geral do eleitorado em meio eletrônico, realizado em 1986 e considerado o primeiro passo para o voto informatizado.

Realizado sob a orientação e supervisão do Tribunal Superior Eleitoral, e abrangendo todo o território nacional, o objetivo da revisão do eleitorado era a criação de um Cadastro Nacional de Eleitores, com o registro informatizado dos dados do eleitor e a criação de um número único para cada votante.

Até então, eram muito comuns casos de duplicidade de inscrição e problemas quanto à transferência entre circunscrições eleitorais. A administração das informações eleitorais em meio magnético facilitou o relacionamento entre a Justiça Eleitoral e o eleitor.

Em 1996, um terço do eleitorado brasileiro votou pela primeira vez na urna eletrônica. Tal realidade só foi possível graças ao cadastramento do eleitorado (1986) e ao processamento eletrônico das eleições (1994).

Cumpridas essas duas etapas, começou-se a pensar em um sistema seguro que garantisse o sigilo do voto, mas que permitisse a implantação do voto informatizado, gerando mais eficiência na Justiça Eleitoral.

Estudos começaram a ser realizados em 1995, o que culminou, em 1996, na primeira eleição a utilizar a urna eletrônica. Em 2000, todos os eleitores votaram eletronicamente. Em 2002, foi feita a experiência com o Módulo Impressor Externo (MIE), que imprimia os votos depositados na urna para conferência com o registro digital. Sempre buscando assegurar os procedimentos de garantia da lisura do processo eleitoral, foi testada pela primeira vez, em 2008, a identificação biométrica do eleitor.

BIOMETRICS

The latest technological innovation in Brazil's electoral system occurred in 2008, when e-voting machines that performed the biometric identification of voters were tested for the first time. The great advantage of this technology is that it prevents voter fraud (guaranteeing one person, one vote), as every fingerprint is unique.

The biometric re-registration of voters is being implemented by the TSE at a gradual pace so as to enable Court's experts to compare the fingerprints of each voter with those inserted in the electronic voting system, which ultimately helps enhance of Brazil's electoral process.

Voting is presently such an ordinary right that it is common to forget that it is the result of a political, social and cultural arrangement that has been developed throughout the history of our country. To forget that adds to the notion that voters are timeless variables: constants that lived indifferently through history.

Different historical events have affected the period that started in 1932 and lasts up to now, a period in which democracies would alternate with dictatorships. Thus, the observation of Brazil's electoral experience indicates that the history of citizen rights and democracy is neither the outcome of gradual legal steps nor the result of popular demands, nor does it move towards an inevitable destination, that is, the right to vote, the expression of an individual opinion. The paths of history are not at all linear, but filled with obstacles, roadblocks and setbacks instead, which are intertwined with advances, achievements and improvements.





A BIOMETRIA

A última inovação tecnológica do sistema eleitoral brasileiro ocorreu em 2008, quando foi testada pela primeira vez a urna com identificação biométrica do eleitor. A grande vantagem dessa tecnologia é impedir que uma pessoa vote no lugar de outra, uma vez que cada impressão digital é única.

O cadastramento biométrico está sendo realizado gradativamente pelo TSE para que seja possível comparar as impressões digitais de cada votante com aquelas inseridas no sistema eletrônico de votação, aperfeiçoando ainda mais o processo eleitoral.

A prática de votar é tão familiar atualmente, que é comum se esquecer de que tal procedimento é resultado de uma construção política, social e cultural que se deu ao longo da história de nosso país. Esse esquecimento dá a impressão de que os eleitores são elementos atemporais: constantes que atravessaram, indiferentes, a história.

O período que vai de 1932 até os dias atuais foi marcado por diversos contextos históricos, nos quais democracias alternaram-se com ditaduras. Assim, a observação da experiência eleitoral brasileira demonstra que a história da cidadania e da democracia não se realiza em progressivas etapas legais ou conquistas populares, as quais estariam predeterminadas a um fim: o direito ao voto, expressão de uma opinião individual. Os caminhos que essa história segue não é de maneira alguma linear, mas cheio de percalços, retrocessos e recuos entrelaçados aos avanços, às conquistas e melhorias.



LOOKING FURTHER INTO THE FUTURE

TSE's current headquarters are the pinnacle of the Court's long succession of head office buildings that date back from the establishment of the Electoral Court System in 1932. The Court's first seat, in a building located at Avenida Rio Branco (Rio Branco Avenue), in Rio de Janeiro, operated for five years, until its termination with the establishment of a new rule called Estado Novo (New State), in 1937.

As of 1945, with the resumption of Brazil's democratic rule, the TSE reopened, operating at the Palácio Monroe (Monroe Palace), one of the most magnificent buildings located in the Cinelândia area, in Rio de Janeiro.

The Court's seat was transferred to Rua 1º de Março (First of March Street) in 1946. The eclectic building that served as head office for the TSE was inaugurated in 1896, having served as headquarters for the Federal Supreme Court for seven years (1902 – 1909). The TSE operated there until April 1960, being transferred to Brasília after the city became Brazil's federal capital, where it occupied part of one of the buildings located at the Esplanada dos Ministérios (Esplanade of Ministries).

In 1971, the Court inaugurated its first own head office building, which was located at the Square of Superior Courts in the Setor de Autarquias Sul (Southern District of Government Agencies). The TSE was still operating in that building when it witnessed the exponential growth experienced by the Electoral Court System in the 1980s, a period during which the country's democratization process took place. The number of registered voters grew fivefold between 1971 and 2005, leading to an expansion in the operational structure of the Court. Consequently, the need for a larger physical space became an issue of pressing urgency.

In 2004, the TSE requested an architectonic solution to the office of architect Oscar Niemeyer. A year later, during the celebration of the 60th anniversary of the reestablishment of the Electoral Court System, the TSE signed a contract for architectural design services for its new headquarters. Contract provisions established that the new building should meet the Court's needs for increased space and future expansion. Furthermore, the building should be environmentally sustainable and accessible to persons with disabilities. It should also accommodate the Court's IT structure, which contributes to making Brazil's electronic voting system a global benchmark. Experts in Niemeyer's architectural works were surprised with such fascinating and innovative project.

COM O OLHAR NO FUTURO

Desde a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, a atual sede do TSE é considerada o ápice da longa trajetória das sedes do Tribunal. A primeira, situada em um edifício na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, funcionou por cinco anos até a extinção dessa Justiça durante a vigência do Estado Novo, iniciado em 1937.

Com a redemocratização do país, a partir de 1945, o TSE foi restabelecido e instalado no Palácio Monroe, que se destacava como um dos mais belos edifícios da região da Cinelândia, no Rio de Janeiro.

Em 1946, a sede foi transferida para a rua 1º de Março, também no Rio de Janeiro. O prédio em estilo eclético, inaugurado em 1896, havia sido sede do Supremo Tribunal Federal por sete anos, entre 1902 e 1909. O TSE funcionou ali até abril de 1960, quando passou a ocupar parte de um dos edifícios da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, após a transferência da capital federal.

Foi inaugurada a primeira sede própria deste Tribunal em 1971, na Praça dos Tribunais Superiores, no Setor de Autarquias Sul. No período em que funcionou nesse edifício, assistiu-se ao vertiginoso crescimento da Justiça Eleitoral no processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980. O número de eleitores registrados praticamente quintuplicou entre 1971 e 2005, gerando o aumento da estrutura operacional do Tribunal. Consequentemente, a necessidade por um espaço físico maior tornou-se urgente.

Diante dessa demanda, em 2004, o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer foi consultado para elaborar uma solução arquitetônica para o TSE. Um ano depois, nas comemorações dos 60 anos do restabelecimento da Justiça Eleitoral, foi assinado o contrato para o projeto da nova sede. As especificações previam que o novo prédio deveria atender às necessidades de espaço do Tribunal e comportar o seu crescimento no futuro. Além disso, deveria ser ambientalmente sustentável, acessível a pessoas com deficiência e capaz de abrigar a estrutura de informática, que faz o sistema eletrônico de votação brasileiro ser referência mundial. O projeto surpreendeu até mesmo os estudiosos das obras de Niemeyer por sua beleza e inovação.



CHRONOLOGICAL SUMMARY

- **1932** – Establishment of the Electoral Court System – Headquarters located at **Avenida Rio Branco** (Rio Branco Avenue) in Rio de Janeiro.
- **1937** – Termination of the Electoral Court System during the New State regime.
- **1945** – End of the New State regime and reestablishment of the Electoral Court System. The head office of the TSE operates at the **Palácio Monroe** (Monroe Palace).
- **1946** – TSE's seat is transferred to a building located at **Rua 1º de Março** (First of March Street) in downtown Rio de Janeiro. The building presently accommodates the head office of the Cultural Center of the Electoral Court System.
- **1960** – Brasília becomes Brazil's federal capital. The TSE occupies part of one of the buildings located at the **Esplanada dos Ministérios** (Esplanade of Ministries).
- **1971** – Inauguration of TSE's own head office building, located at the Square of Superior Courts in the Setor de Autarquias Sul (Southern District of Government Agencies).
- **2011** – Inauguration of TSE's new headquarters, an architectural project designed by Oscar Niemeyer.

CRONOLOGIA

- **1932** – Criação da Justiça Eleitoral – Sede na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.
- **1937** – Extinção da Justiça Eleitoral, durante o Estado Novo.
- **1945** – Fim do Estado Novo e restabelecimento da Justiça Eleitoral. O TSE é instalado no Palácio Monroe.
- **1946** – Transferência para a Rua 1º de Março, no Rio de Janeiro, atual sede do Centro Cultural da Justiça Eleitoral.
- **1960** – Transferência da capital federal para Brasília. O TSE passa a ocupar parte de um dos edifícios da Esplanada dos Ministérios.
- **1971** – Inauguração da sede própria no Setor de Autarquias Sul, na Praça dos Tribunais Superiores.
- **2011** – Inauguração da nova sede do TSE, projetada por Oscar Niemeyer.

COURT'S SEATS

SEDES DO TRIBUNAL



FIRST SEAT

The Electoral Court System was established with the promulgation of Brazil's first Electoral Code on February 24, 1932. On May 20 of that year, the Superior Electoral Court (which was then called Superior Court of Electoral Justice) set up its first headquarters in a building located at Avenida Rio Branco (Rio Branco Avenue) in Rio de Janeiro.

The eclectic architectural style of the Court's seat was a trend in Brazil in the beginning of the 20th century. On July 17, 1934, Getúlio Vargas was the first and only Brazilian president to be certified at this building.

PRIMEIRA SEDE

Por meio da promulgação do primeiro Código Eleitoral, em 24 de fevereiro de 1932, criou-se a Justiça Eleitoral. Em 20 de maio do mesmo ano, o Tribunal Superior Eleitoral (à época chamado Tribunal Superior de Justiça Eleitoral) ganha sua primeira sede, localizada na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

A arquitetura do prédio utiliza o estilo eclético, em moda no Brasil no início do século XX. Nessa sede, apenas um presidente da República foi diplomado: Getúlio Vargas, em 17 de julho de 1934.



SECOND SEAT

Designed and built by Francisco Marcellino de Souza Aguiar in 1904, the Palácio Monroe (Monroe Palace) was erected to be Brazil's representative pavilion at the International Exposition of Saint Louis, in the United States. As established by Justice Lauro Severiano Müller, the palace should be supported by steel structures, so that it could be disassembled by the end of the event and reassembled in Rio de Janeiro, hosting a permanent exhibition.

The building featured 1,700 square meters of built-up area in symmetrical architectural style, conceptually centralized, and revealing eclectic shapes, including a prominent dome sided by two other domes built upon Corinthian columns.

It was the first official building to be inaugurated at Avenida Rio Branco (Rio Branco Avenue), in downtown Rio de Janeiro, in 1906, after which it was called Palácio Monroe (Monroe Palace), as a tribute to former U.S. president James Monroe.

The palace served as an expo pavilion until 1914. After that period, it was renovated to serve as seat for the Chamber of Deputies, which operated there until 1922. It served as seat for the Federal Senate between 1925 and 1932.

The building served as headquarters for the Superior Electoral Court in 1945 – 1946.

SEGUNDA SEDE

O Palácio Monroe foi projetado e construído por Francisco Marcellino de Souza Aguiar, em 1904, para ser o pavilhão representativo do Brasil na Exposição Internacional de Saint Louis, nos Estados Unidos. Por determinação do Ministro Lauro Severiano Müller, o edifício precisou ser construído em estrutura metálica, de modo que pudesse ser desmontado ao final do evento e levado ao Rio de Janeiro, onde seria remontado e sediaria uma mostra permanente.

O edifício com 1.700m² de área construída possuía arquitetura simétrica, de partido centralizado e feições ecléticas, com uma cúpula dominante ladeada por duas outras elevadas sobre colunas coríntias.

O prédio foi o primeiro edifício oficial a ser inaugurado na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, em 1906, quando passou a se chamar Palácio Monroe, em homenagem ao ex-presidente norte-americano James Monroe.

Até 1914, o palácio exerceu função de pavilhão de exposições. Após esse período, passou por reformas para sediar a Câmara dos Deputados, que lá permaneceu até 1922. Do período de 1925 a 1932, foi ocupado pelo Senado Federal.

Nos anos de 1945 e 1946, o edifício sediou o Tribunal Superior Eleitoral.





THIRD SEAT

Luiz Schreiner, a German engineer, designed the third seat of the TSE in 1892, applying the same standards used in the Vereinsbank (Federal Bank), located in Munich, Germany.

The majestic building stands out for its architectural beauty and sophistication, which required the use of advanced engineering techniques. An eclectic construction work, it combines elements of different architectural styles like neoclassical, baroque and art nouveau. Featuring hydraulic floor tiles and walls ornamented with paintings of Antônio Parreiras, it also houses a plenary framed by walls of carved paneling; an outer façade made in Carrara marble; and iron gates that were imported from Portugal. Additionally, its interior is decorated by bronze chandeliers and statues manufactured at the Val d'Osne Foundry, in France.

It was built in one of the noblest areas of Rio de Janeiro at that time, the Rua 1º de Março (First of March Street), at the corner of Rua do Rosário, next to the Igreja Santa Cruz dos Militares (Church of the Holy Military Cross). Construction works were completed in 1896, featuring a built-up area of 4,000 square meters.

The building was primarily designed to serve as headquarters for the central branch of Banco do Brasil (Bank of Brazil), but it did not get to be occupied by the said financial institution, which was then struggling with a credit crisis.

The Bank offered the building to the Federal Supreme Court (STF) in exchange for a federal government bailout. The Court's seat was moved from Rua do Lavradio and remained operating in the new premises until 1909.

Later, the building hosted the Caixa de Conversão e Amortização (Currency Exchange and Loan Amortization Bank) and served as headquarters for the Superior Electoral Court only after 1946.

In the 1960s, as the seat of the TSE was moved to Brasília, the Regional Electoral Court of Rio de Janeiro occupied the premises formerly used by the TSE. The regional court remained operating there until 1996, after which it moved to Avenida Presidente Wilson (Presidente Wilson Avenue).

In 1990, the building was declared a national heritage monument and its historical, artistic and architectural relevance was acknowledged in the three levels of government: federal, state and municipal. The building was renovated to accommodate the Cultural Center of the Electoral Court System, reclaiming the lavishness it used to show when the city of Rio de Janeiro was the country's federal capital.





TERCEIRA SEDE

O edifício da terceira sede do TSE foi projetado em 1892, pelo engenheiro alemão Luiz Schreiner, aos moldes do Vereinsbank (Banco da União), localizado em Munique, Alemanha.

A imponente construção destaca-se pela beleza arquitetônica, pelo requinte artístico e pelo emprego das mais avançadas técnicas de engenharia. Obra eclética, combina elementos dos estilos neoclássico, barroco e *art nouveau*. Possui piso de ladrilhos hidráulicos, paredes com pinturas de Antônio Parreiras e um plenário emoldurado por lambris de madeira talhada; sua fachada é de mármore Carrara; seus portões, de ferro importados de Portugal. Além disso, possui lustres de bronze e estátuas feitas na Fundição Val d'Osne, na França.

Construído em um dos mais nobres locais do Rio de Janeiro na época, a Rua 1º de Março, esquina com a Rua do Rosário, ao lado da Igreja Santa Cruz dos Militares. O prédio foi finalizado em 1896, contando com uma área de 4.000m².

O edifício foi inicialmente idealizado para sediar a futura agência central do Banco do Brasil, mas nunca chegou a ser ocupado pela instituição, que passava por séria crise de liquidez.

O Banco, em troca de ajuda econômica do governo federal, ofereceu o prédio ao Supremo Tribunal Federal (STF), que saiu da Rua do Lavradio e permaneceu na nova instalação até 1909.

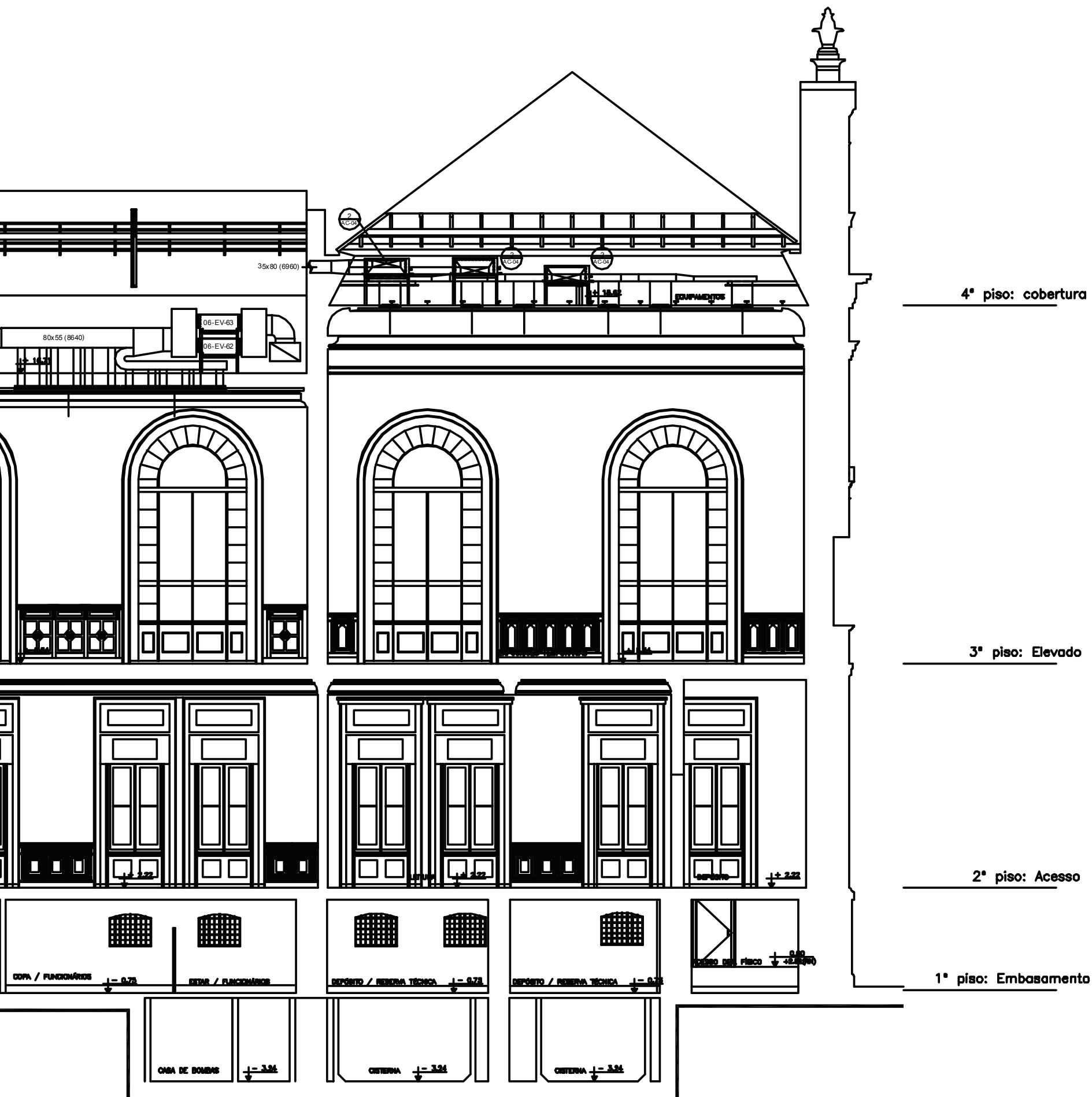
Posteriormente, o edifício abrigou a Caixa de Conversão e Amortização para, somente em 1946, tornar-se sede do Tribunal Superior Eleitoral.

Na década de 1960, o TSE mudou-se para Brasília, cedendo o espaço ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o qual ocupou o prédio até 1996, quando se instalou na Avenida Presidente Wilson.

Em 1990, o valor histórico, artístico e arquitetônico do monumento foi reconhecido, ao ser tombado nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O edifício teve devolvida a suntuosidade do tempo em que o Rio de Janeiro era a capital federal, quando foi transformado em Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), em 2008, cuja instalação implicou a restauração do prédio.















FOURTH SEAT

On April 21, 1960, President Juscelino Kubitschek inaugurated Brasília, Brazil's new capital city. On the following day, the seat of Superior Electoral Court was moved to three stories in building #6 at the Esplanada dos Ministérios (Esplanade of Ministries).

In the 11 years during which the TSE operated at the Esplanada dos Ministérios (Esplanade of Ministries), only one Brazilian president was chosen in a direct election: Jânio Quadros. Nevertheless, three military presidents – Marshals Castello Branco (1964) and Arthur da Costa e Silva (1966), and General Emílio Garrastazu Médici (1969) – were indirectly chosen by either the Congress or an electoral college. With the exception of indirect presidential elections, the Electoral Court System remained responsible for managing federal, state and municipal elections.

Urban planner Lucio Costa designed the traffic lanes that organize the traffic flow in the Esplanade of Ministries whereas architect Oscar Niemeyer designed the 17 buildings that were built in the area. Such buildings of apparent simplicity exhibit undeniable greatness when the harmonious and overwhelming totality of the Ministerial Square is examined. They form a uniform landscape that symbolically refers to the leveling of all government ministries.

QUARTA SEDE

Em 21 de abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek inaugura a nova capital do país, Brasília. No dia seguinte, o Tribunal Superior Eleitoral é instalado em três andares de um prédio no bloco seis da Esplanada dos Ministérios.

Durante os 11 anos que o TSE permaneceu na Esplanada dos Ministérios, apenas um presidente foi eleito diretamente: Jânio Quadros. Apesar disso, três presidentes militares – os marechais Castello Branco (1964) e Arthur da Costa e Silva (1966), e o general Emílio Garrastazu Médici (1969) – foram escolhidos indiretamente pelo Congresso ou por um colégio eleitoral. À exceção das eleições indiretas presidenciais, a Justiça Eleitoral continuou a administrar as eleições federais, estaduais e municipais.

Projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer – embora a via tenha sido, em si, projetada pelo urbanista Lúcio Costa –, os 17 edifícios da Esplanada possuem aparente singeleza, mas têm sua grandeza percebida por meio da harmoniosa e colossal totalidade da Praça Ministerial. O conjunto possui uniformidade que, simbolicamente, remete ao nivelamento da importância de cada uma das pastas ministeriais.









FIFTH SEAT

On February 9, 1971, 39 years after it was established, the Superior Electoral Court started operating in a building that was specially designed and built to serve as its seat, located at the Square of Superior Courts in the Setor de Autarquias Sul (Southern District of Government Agencies), in Brasília.

Designed by architect Nauro Esteves, a member of Oscar Niemeyer's team at that time, the building was the smallest one in a set of premises that served as headquarters for the Superior Labor Court, the Superior Military Court and the former Federal Appellate Court (presently known as the Superior Court of Justice). In fact, such feature contributed to make the Court's seat a local point of reference.

The seat stands out for its discrete and elegant shape and for featuring one of the most sumptuous reinforced concrete span structures in Latin America. The swing line embracing the four sides of the building, which is supported by two parallel columns, provides an amazing sense of weightlessness to the constructed structure.

Throughout a 40-year period, the Justices of the Superior Electoral Court have attended meetings in the plenary of that seat, which also served as venue for the certification of 6 Brazilian presidents. The Electoral Court System has evolved ever since, improving its operational processes, developing a safe electronic voting system and adding to the strengthening of the Brazilian democracy.

QUINTA SEDE

Em 9 de fevereiro de 1971, após 39 anos desde a sua criação, o Tribunal Superior Eleitoral ganha o primeiro edifício idealizado e construído especialmente para ser sua sede, na Praça dos Tribunais Superiores, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília.

Projetado pelo arquiteto Nauro Esteves, integrante da equipe de Oscar Niemeyer na época, o prédio era o menor do conjunto formado pelas sedes do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar e do antigo Tribunal Federal de Recursos (atual Superior Tribunal de Justiça); e, justamente por isso, passou a ser uma das referências do local.

Essa sede se destaca por suas linhas discretas e elegantes e por ter um dos maiores e mais suntuosos vãos de concreto armado da América Latina. O balanço que o contorna, em suas quatro faces – sustentado por duas colunas paralelas –, confere-lhe uma leveza que chama a atenção.

No Plenário, onde os ministros do Tribunal Superior Eleitoral se reuniram por 40 anos, foram realizadas 6 diplomações para presidente da República. Durante esse período, a Justiça Eleitoral evoluiu, aprimorou-se e criou um sistema de votação informatizado e seguro, fortalecendo a democracia brasileira.













SIXTH SEAT

Over a 40-year period, the Electoral Court System has witnessed an amazing growth in the number of registered voters, which jumped from 30 million in 1971 to more than 136 million in 2011. The number of civil servants working for the Electoral Court System followed an increase in the number of Brazilian citizens to ensure the appropriate management of elections held across the country. In 1971, the staff of the Superior Electoral Court amounted to approximately 70 civil servants. In 2011, that figure accounted for 757 employees, excluding the Court's collaborators and freelance personnel.

The increase in the number of the Court's employees led to changes in the structure of the TSE to meet the Court's new requirements. That small seat located at the Square of Superior Courts was no longer appropriate. The Court had to operate at its headquarters and at three annex buildings, located in three different areas of the capital city.



SEXTA SEDE

Em 40 anos, a Justiça Eleitoral assistiu a um vertiginoso crescimento do eleitorado, que passou de aproximadamente 30 milhões, em 1971, para mais de 136 milhões, em 2011. Com o aumento de cidadãos, houve um consequente aumento do número de servidores da Justiça Eleitoral, para melhorar a administração das eleições. Em 1971, o Tribunal Superior Eleitoral possuía aproximadamente 70 servidores em seu quadro. Em 2011, o número registrado foi de 757, sem contar com os colaboradores.

O crescimento no número de servidores implicou a adaptação da estrutura do TSE às novas exigências. A pequena sede na Praça dos Tribunais não era mais suficiente. Tornou-se necessário dividir o funcionamento do Tribunal entre o Edifício-Sede e três anexos, localizados em diferentes pontos da capital federal.



THE COURT OF DEMOCRACY

The need for a new seat was critical to ensure cost reduction and increased productivity. Thus, in 2005, the architectural office of Oscar Niemeyer was requested to design a new seat that effectively met the needs of the TSE. Oscar Niemeyer then proposed a semicircular set formed by three domes intended for the Plenary of the Court and its conference rooms, which could be accessed through an underground passage.

O TRIBUNAL DA DEMOCRACIA

A necessidade de redução de custos e de maior produtividade por meio da unicidade de uma sede foi imperativa. Assim, em 2005, o escritório do arquiteto Oscar Niemeyer foi contratado para elaborar um projeto de nova sede que atendesse às demandas do TSE. Oscar Niemeyer apresentou a proposta de um conjunto semicircular composto por três cúpulas, destinadas ao Plenário do Tribunal e aos auditórios, com acesso por uma galeria subterrânea.



CORNERSTONE

The cornerstone of the new seat of the TSE was laid on December 5, 2005, during a ceremony attended by Court's employees and authorities of the Electoral Court System. A time capsule containing newspapers released on that date, a commemorative medal of the 60th anniversary of the Electoral Court System and documents that should be disclosed within 50 years was interred in the cornerstone of the Court's new building.

A PEDRA FUNDAMENTAL

Em 5 de dezembro de 2005, em cerimônia que contou com a presença de servidores e autoridades da Justiça Eleitoral, foi inaugurada a pedra fundamental da nova sede do TSE. No local, foram depositados documentos para serem consultados 50 anos depois, além de jornais do dia e da medalha comemorativa dos 60 anos da Justiça Eleitoral.

















NIEMEYER'S LAST WORK IN BRASÍLIA

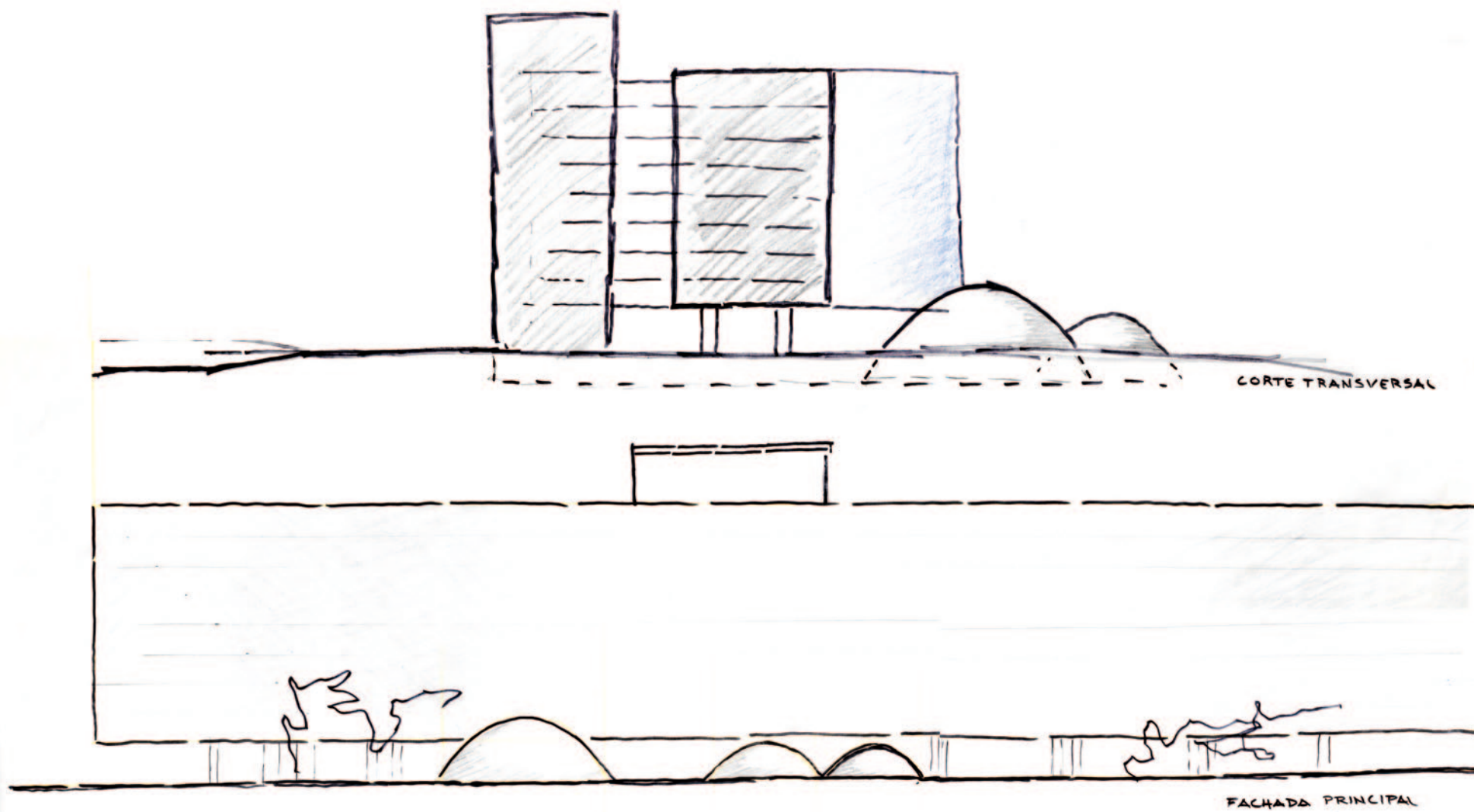
Once completed, even the experts in Niemeyer's works were impressed with the beauty and innovation of his architectural project. The design of the Court's tower featured a smooth, slightly curved shape, with a glass façade that embraced a square ornamented with three domes in different sizes. Aimed at housing the Information Technology Department, which is responsible for coordinating the electronic voting system, a low, windowless pavilion was placed across the aforementioned square.

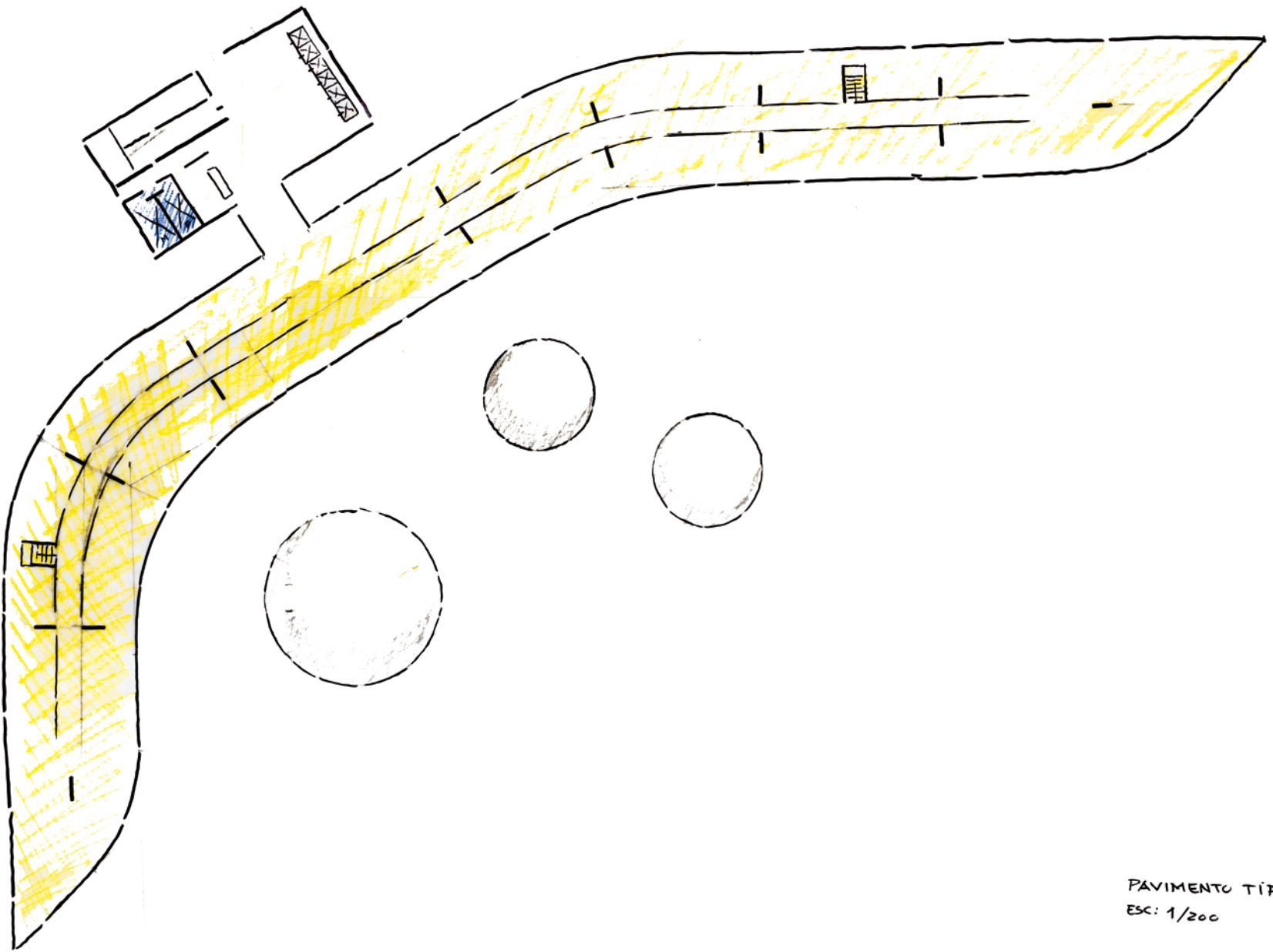
On December 15, 2011, the 104th birthday of such brilliant architect, his last work in Brasília was inaugurated: the court's seat was a building open to public visitation and accessible to everyone.

A ÚLTIMA OBRA BRASILIENSE DE NIEMEYER

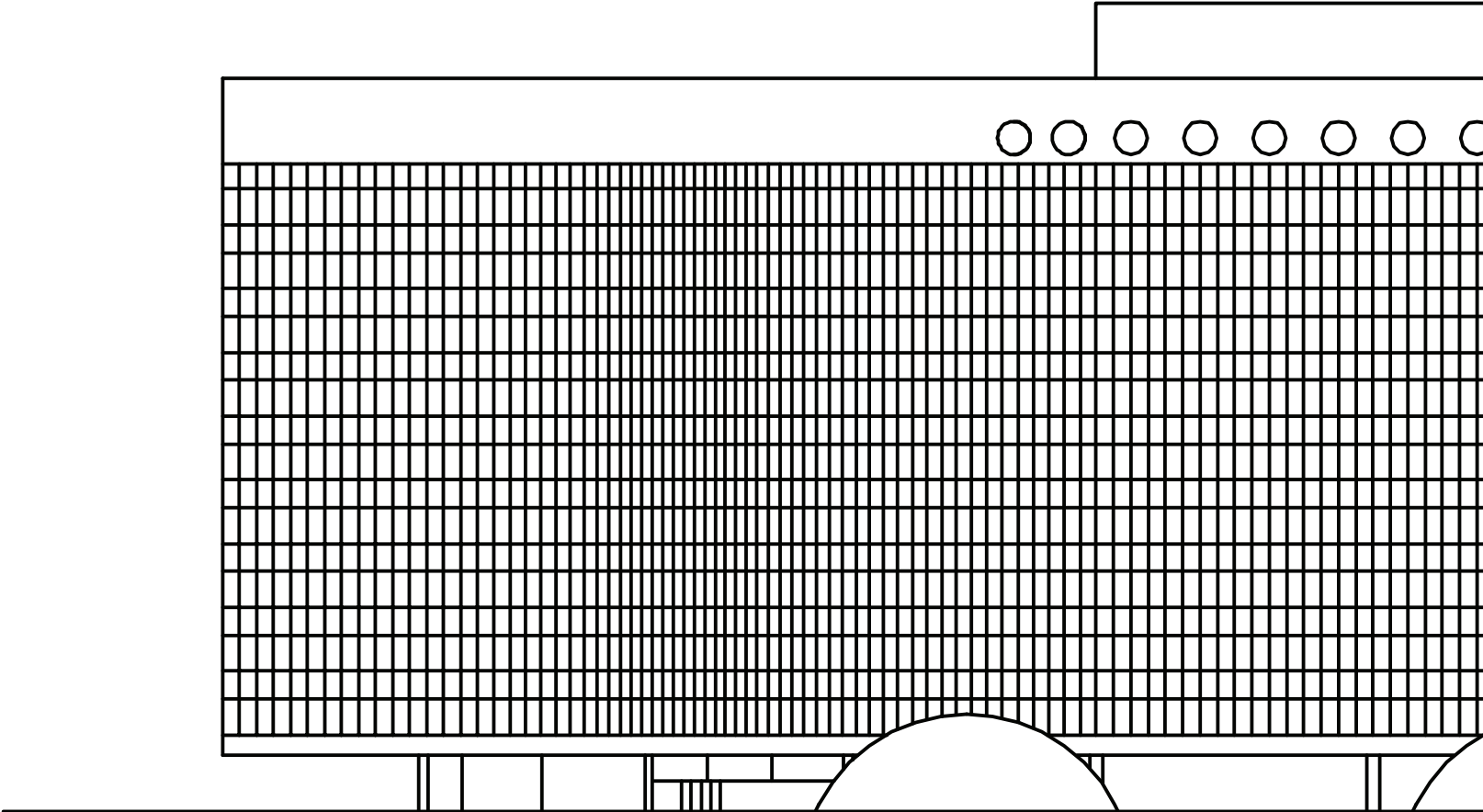
Depois de pronto, o projeto surpreendeu até mesmo os estudiosos das obras de Niemeyer pela sua beleza e inovação. O desenho da torre do Tribunal revelou uma forma fluida, levemente curva, cuja fachada de vidro abraçava uma praça com três cúpulas de tamanhos diferentes. Do outro lado, um pavilhão baixo, sem janelas, para abrigar a Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável pela coordenação do sistema eletrônico de votação.

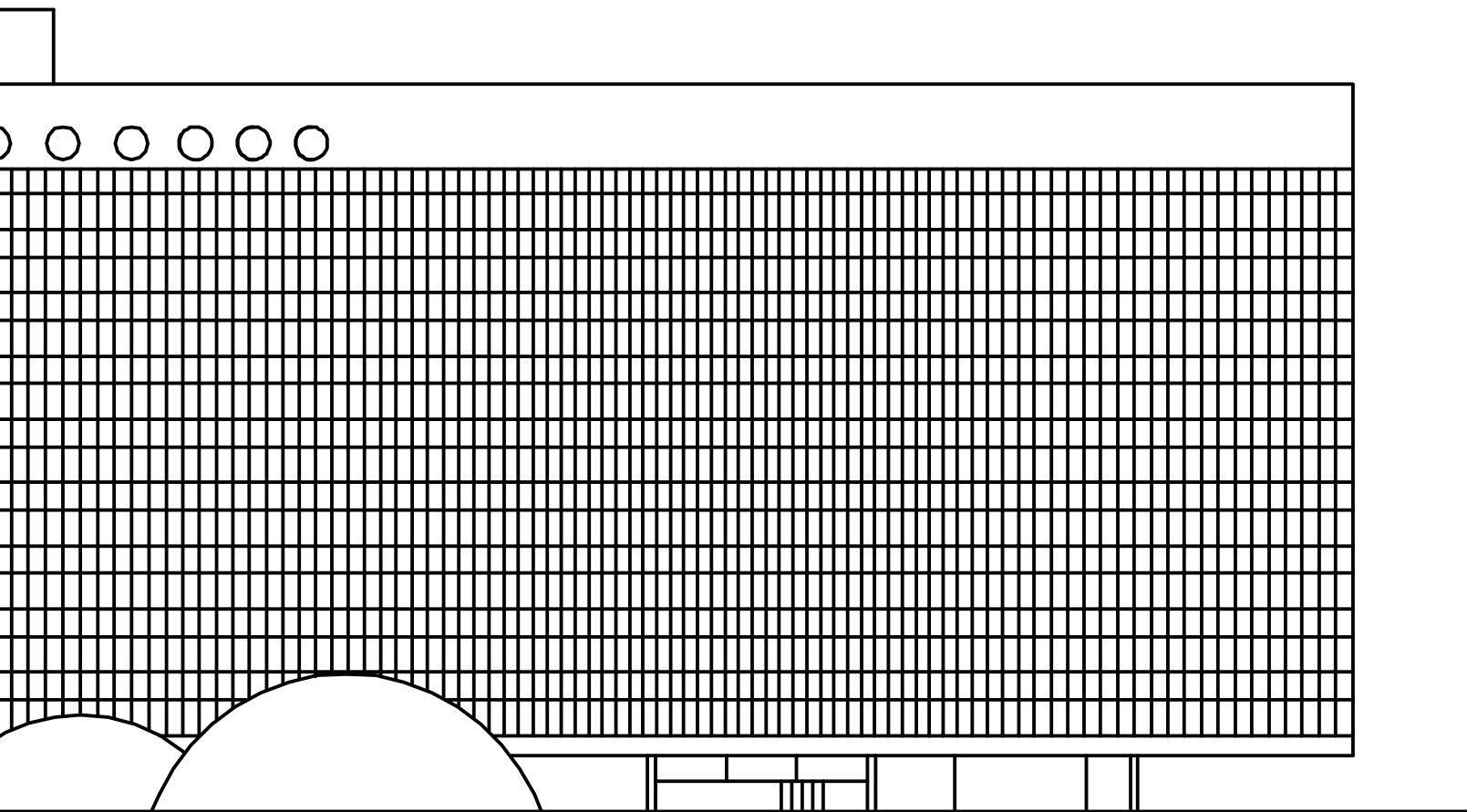
No dia 15 de dezembro de 2011, no dia do aniversário de 104 anos do grande arquiteto, inaugurou-se aquela que viria a ser a sua última obra construída em Brasília: uma sede aberta ao povo e acessível a todos.





PAVIMENTO TIPO
ESC: 1/200









"Each and every building that he (Oscar Niemeyer) has built here is genial and appropriate, as he knows the city's mysteries. He knows every corner, the message that a building should and could communicate, and that is just perfect! He plays the game of fitting, lights and shadows with great ability. The Court's greatest contribution to this city was having its seat designed by Niemeyer". Carlos Guimarães, representative of NIEMEYER'S architectural office in Brasília.

“Qualquer edifício dele (de Oscar Niemeyer) aqui é bem-vindo e se encaixa perfeitamente, porque ele sabe os mistérios que essa cidade tem. Ele conhece cada cantinho, o significado que cada edifício deve ter, pode ter, e é perfeito! Ele sabe fazer esse jogo de encaixes, de luzes, de sombras. Melhor contribuição o Tribunal não poderia dar a esta cidade do que entregar nas mãos de Oscar este edifício”. Carlos Guimarães, representante do escritório de Niemeyer em Brasília.



The seat designed by Niemeyer includes a Plenary with a seating capacity of 246 people, whereas the old Plenary could accommodate only 63 people. The new space, which can comfortably accommodate citizens, guests, employees, lawyers and authorities, also features exclusive seats for persons with disabilities. Furthermore, the design of the speaker's rostrum allows lawyers in wheelchairs to make oral statements.





Em contraste com o antigo Plenário, cujo espaço comportava apenas 63 lugares, o Plenário da sede projetada por Niemeyer tem capacidade para 246 pessoas. Acomodando confortavelmente cidadãos, convidados, servidores, advogados e autoridades, o espaço possui lugares especiais para deficientes físicos entre as cadeiras destinadas ao público. A tribuna também foi preparada para receber advogados cadeirantes nas sustentações orais.



UE 2008

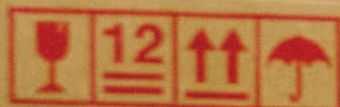
JUSTIÇA
ELEITORAL



MUNICÍPIO: _____
ESTADO: _____
ZONA: _____ SEÇÃO: _____

URNA ELETRÔNICA

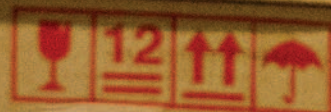
JUSTIÇA
ELEITORAL



MUNICÍPIO: _____
ESTADO: _____
ZONA: _____ SEÇÃO: _____

URNA ELETRÔNICA

JUSTIÇA
ELEITORAL



MUNICÍPIO: _____



COMPUTERS AND E-VOTING MACHINES STORED IN **STRATEGIC LOCATIONS**

The goal of Brazil's Electoral Court System consists in promoting safe, quick and reliable elections, a task which requires a state-of-the-art information technology (IT) structure where a skilled IT team can develop new projects and run system tests.

That was the reason why the design of the new seat of the TSE provided for the allocation of the Court's IT department in an annex property, next to the Court's main building. The annex building houses the units of IT strategy, planning and governance, in addition to units of software testing and information security.

A warehouse was built to store spare electronic voting machines (those to be used during the elections are stored at the regional courts). The storehouse covers a total area of 2,580 square meters, and a high ceiling of more than 5 meters, which facilitates the usage of pallet racks and forklifts, adding to a more organized and secure procedure for handling and storing the aforementioned devices.

INFORMÁTICA E URNAS EM **LUGARES ESPECIAIS**

Promover eleições seguras, céleres e confiáveis: essa meta da Justiça Eleitoral brasileira exige uma estrutura de tecnologia da informação (TI) desenvolvida, com ambientes específicos para abrigar as equipes, desenvolver projetos e fazer testes de sistemas.

Por esse motivo, a nova sede do TSE concentrou toda a parte de TI em um prédio anexo, ao lado do edifício principal. Ali funcionam as áreas de estratégia, planejamento e governança de TI e áreas de testes e segurança da informação.

Para guardar as urnas eletrônicas de reserva técnica (as demais são armazenadas nos tribunais regionais), foi construído um depósito especialmente para essa finalidade. O local possui 2.580m² e um pé direito superior a 5 metros, o que facilita o uso de estantes com empilhadeiras e é uma forma mais organizada e segura de guardar os equipamentos.





AN ACCESSIBLE AND SUSTAINABLE COURT

The development and building of TSE's new seat was based on environmental concerns and sustainable practices. With the aim of avoiding the environmental impact that such construction works produce, 90% of its waste, including paper, metal and plastic materials, was recycled. The wood used both in construction and in finishing works came from reforestation projects. The companies that supplied all materials used in construction works were required to present environmental permits.

After the inauguration of the Court's new seat, the sustainable practices that had been put to use proved to be the right ones: for example, the building's elevators accumulate energy while being operated, which is later reused; the vacuum sewage collection system reduces the consumption of water, which is also reinforced by a system that reuses tap water that is stored in reservoirs that allow its use in the irrigation of gardens and overall cleaning services. The air-conditioning system reduces the use of power as well, as it does not use water but an ecological refrigeration gas instead, which does not harm the environment.

Finally, the glass building façade adds to natural light incidence, illuminating indoor environments and reducing the use of artificial light sources, resulting in a reduction of energy consumption.

The new seat of the TSE is not only sustainable, but also accessible to all citizens. It features structures that were adapted to meet the needs of various types of disabilities, as established in Brazil's current legislation. The measures developed to ensure further accessibility include, inter alia, exclusive parking spaces that enable drivers to smoothly operate their vehicles; accessible ramps leading to both main and annex buildings, conference rooms and the Plenary, which features exclusive spaces located at both audience seating area and speaker's rostrum, so as to enable lawyers in wheelchairs to make oral statements; and, finally, all doors have braille room numbers. The implementation of such measures has qualified the TSE to attend Brazilian citizens in an equitable manner, with safety and comfort, regardless of people's disabilities. Additionally, it contributes to the fulfillment of the Court's mission, that is, to serve democracy.





UM TRIBUNAL **ACESSÍVEL** **E SUSTENTÁVEL**

A preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade orientou a construção da nova sede do TSE do início ao fim. Para evitar um impacto ambiental inerente a obras dessa natureza, 90% dos resíduos de papel, metal e plástico gerados pela construção foram reciclados. A madeira utilizada, tanto na fase de construção quanto na de acabamento, era proveniente de reflorestamento. As empresas que forneceram todos os materiais empregados na obra eram obrigadas a apresentar licenças ambientais.

Após a inauguração, a nova sede deu provas do sucesso do seu projeto de sustentabilidade: os elevadores, por exemplo, acumulam energia durante o funcionamento, que é reutilizada depois; o sistema de coleta de esgoto a vácuo reduz o consumo de água, o que é reforçado pelo sistema de reutilização da água das torneiras, cujo armazenamento em reservatórios permite o uso na irrigação dos jardins e nos serviços gerais de limpeza; o ar-condicionado também possui um sistema que reduz o gasto de energia, por não utilizar água, mas um gás ecológico de refrigeração, inofensivo ao meio ambiente.

Por fim, a fachada do prédio, feita de vidro, permite a incidência da luz natural dentro das salas, o que gera economia de iluminação artificial, reduzindo o consumo de energia elétrica.

Além de sustentável, a nova sede do Tribunal Superior Eleitoral é acessível ao cidadão. Para isso, conta com estruturas adaptadas às mais diversas formas de deficiência, obedecendo à legislação vigente. Dentre as medidas para promover a acessibilidade, destacam-se: estacionamento com vagas exclusivas e de fácil circulação; rampas de acesso ao prédio principal, ao anexo, aos auditórios e ao Plenário, onde há espaços reservados na plateia e na tribuna para permitir também que advogados cadeirantes possam realizar suas sustentações orais; e, por fim, os números de todas as salas estão escritos em braile. Tais medidas permitem que o TSE atenda aos cidadãos brasileiros com igualdade, segurança e conforto, independentemente das limitações físicas de cada um, concretizando seu papel de ser um tribunal a serviço da democracia.

REFERENCES

BRAZIL. Superior Electoral Court. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos (Elections in Brazil: a 500-year history)*. Brasília, Superior Electoral Court, Information Management Office, 2013.

BRAZIL. Superior Electoral Court. *Exposição Voto no Brasil: uma história de exclusões e inclusões (textos curatoriais) (Exhibition "Voting in Brazil: an account of exclusions and inclusions" – Texts written by Curators)*. Brasília, Superior Electoral Court, Information Management Office, 2013.

BRAZIL. Superior Electoral Court (to be released). *Exposição Fazeres Eleitorais (textos curatoriais) (Exhibition "Electoral Practices" – Texts written by Curators)*. Brasília, Superior Electoral Court, Information Management Office, 2014.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições no Brasil: uma história de 500 anos*. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2013.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Exposição Voto no Brasil: uma história de exclusões e inclusões (textos curatoriais)*. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2013.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (no prelo). *Exposição Fazeres Eleitorais (textos curatoriais)*. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Sede atual da Justiça Eleitoral*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/o-tse/sede-atual/nova-sede-do-tribunal-superior-eleitoral>>. Acesso em 26 fev. 2014.



Esta obra foi composta na fonte Aleo,
corpo 10, entrelinhas de 18 pontos, em papel Couché 150g/m² (miolo)
e papel AP 120g/m² (capa).

